

ACESSIBILIDADE NA EDUCAÇÃO DE ALUNOS AUTISTAS: DIÁLOGOS ENTRE TEORIA HISTÓRICO-CULTURAL E ESTUDOS CRÍTICOS DO AUTISMO

TÍTULO ACCESSIBILITY IN THE EDUCATION OF AUTISTIC STUDENTS:
DIALOGUES BETWEEN CULTURAL-HISTORICAL THEORY AND CRITICAL AUTISM
STUDIES

ACCESIBILIDAD EN LA EDUCACIÓN DE ESTUDIANTES AUTISTAS: DIÁLOGOS
ENTRE LA TEORÍA CULTURAL-HISTÓRICA Y LOS ESTUDIOS CRÍTICOS SOBRE EL
AUTISMO

Pedro Lucas Costa e Lopes de Lima¹
Daniel Novaes²
Sandra Ferraz de Castillo Dourado Freire³

RESUMO: O artigo examina o conceito de acessibilidade na educação básica, com foco na inclusão de alunos autistas, a partir do diálogo entre a Teoria Histórico-Cultural de Vigotski e os Estudos Críticos do Autismo. O objetivo do estudo é analisar como a acessibilidade educacional tem sido concebida na produção científica recente, problematizando abordagens centradas no déficit e em perspectivas biomédicas. Realizou-se uma revisão narrativa de literatura, com recorte temporal de 2020 a 2025, no Portal de Periódicos da CAPES. Os resultados indicam que a acessibilidade é compreendida como princípio político-pedagógico, articulado às dimensões jurídicas, institucionais, formativas e pedagógicas, extrapolando a noção restrita de eliminação de barreiras físicas. Emergiram quatro eixos temáticos centrais: acessibilidade como direito, ampliação de suas dimensões, formação docente como condição de efetivação e acessibilidade como experiência social e coletiva. A discussão evidencia convergências entre os referenciais teóricos adotados, ao deslocar o foco do indivíduo para a reorganização do meio e das mediações pedagógicas. Conclui-se que a acessibilidade deve ser concebida como categoria ética, política e relacional, fundamental para a construção de práticas inclusivas que reconheçam o autismo como expressão legítima da diversidade humana e promovam condições reais de participação, aprendizagem e desenvolvimento no contexto escolar.

Palavras-chave: Estudos Críticos do Autismo. Singularidade. Teoria Histórico-Cultural.

¹Doutorando em Psicologia do Desenvolvimento e Escolar (PGPDE). Universidade de Brasília.

² Professor Assistente Doutor do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação da Universidade São Francisco.

³Professora Associada da Universidade de Brasília na área de Psicologia da Educação Departamento de Teoria e Fundamentos - Faculdade de Educação. Orientadora.

ABSTRACT: This article examines the concept of accessibility in basic education, focusing on the inclusion of autistic students, through a dialogue between Cultural-Historical Theory and Critical Autism Studies. The study aims to analyze how educational accessibility has been constructed in recent scientific literature, questioning deficit-based and biomedical approaches. Methodologically, a narrative literature review was conducted using the CAPES Periodicals Portal, covering publications from 2020 to 2025 and employing descriptors related to accessibility and basic education. The results show that accessibility is understood as a political-pedagogical principle that encompasses legal, institutional, formative, and pedagogical dimensions, going beyond a narrow focus on physical barriers. Four main thematic axes emerged: accessibility as a right, expanded dimensions of accessibility, teacher education as a condition for its implementation, and accessibility as a social and collective experience. The discussion highlights theoretical convergences between the adopted frameworks, emphasizing the shift from individual adjustment to the transformation of educational environments and mediations. The study concludes that accessibility should be conceived as an ethical, political, and relational category, essential for inclusive practices that recognize autism as a legitimate expression of human diversity and foster meaningful participation, learning, and development in school contexts.

Keywords: Critical Autism Studies. Singularity. Cultural-Historical Theory.

RESUMEN: Este artículo examina el concepto de accesibilidad en la educación básica, centrándose en la inclusión de los estudiantes autistas, a través de un diálogo entre la teoría histórico-cultural y los estudios críticos sobre el autismo. El estudio tiene como objetivo analizar cómo se ha construido la accesibilidad educativa en la literatura científica reciente, cuestionando los enfoques basados en el déficit y biomédicos. Metodológicamente, se realizó una revisión narrativa de la literatura utilizando el Portal de Publicaciones Periódicas de la CAPES, que abarca publicaciones de 2020 a 2025 y emplea descriptores relacionados con la accesibilidad y la educación básica. Los resultados muestran que la accesibilidad se entiende como un principio político-pedagógico que abarca dimensiones legales, institucionales, formativas y pedagógicas, y que va más allá de un enfoque limitado a las barreras físicas. Se identificaron cuatro ejes temáticos principales: la accesibilidad como derecho, las dimensiones ampliadas de la accesibilidad, la formación del profesorado como condición para su implementación y la accesibilidad como experiencia social y colectiva. El debate destaca las convergencias teóricas entre los marcos adoptados, haciendo hincapié en el cambio del ajuste individual a la transformación de los entornos educativos y las mediaciones. El estudio concluye que la accesibilidad debe concebirse como una categoría ética, política y relacional, esencial para las prácticas inclusivas que reconocen el autismo como una expresión legítima de la diversidad humana y fomentan la participación, el aprendizaje y el desarrollo significativos en los contextos escolares.

Palabras clave: Estudios críticos sobre el autismo. Singularidad. Teoría histórico-cultural.

INTRODUÇÃO

A implementação de práticas pedagógicas inclusivas e o fortalecimento do direito à educação de alunos autistas têm imposto novos desafios à definição e à aplicação do conceito de acessibilidade educacional, particularmente na Educação Básica. Como destaca Pereira

(2022), há no cenário acadêmico brasileiro um interesse crescente em compreender como as práticas inclusivas se concretizam no cotidiano escolar, sobretudo diante da urgência em garantir a presença, o envolvimento e a aprendizagem de estudantes com deficiências, autistas e com altas habilidades.

Desde a década de 1990, a influência das conferências internacionais promovidas pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) conduziram o Brasil à adoção de uma perspectiva educacional inclusiva, assegurando a matrícula em escolas regulares e o acesso ao Atendimento Educacional Especializado (AEE). Todavia, a efetivação prática dessas normativas permanece desigual e limitada pela carência de recursos, pela formação docente insuficiente e pela persistência de métodos tradicionais de ensino (Silva et al. 2024).

Do ponto de vista legal, a Lei Brasileira de Inclusão (Brasil, 2015), estabelece direitos como o acesso à escola comum, as adaptações curriculares, o uso de tecnologias assistivas, a disponibilização de materiais acessíveis, o ensino bilíngue em Libras e o direito ao Braille. Tais instrumentos reforçam a obrigatoriedade de Projetos Político-Pedagógicos inclusivos, planejamentos individualizados e formação continuada de professores e profissionais de apoio. Entretanto, Barros e Dainez (2023) explicam que as escolas públicas brasileiras ainda enfrentam sérias dificuldades na conversão dessas políticas em práticas efetivas, o que evidencia a distância entre a garantia [legal] de direitos e sua concretização.

A implementação de políticas e práticas menos excludentes carecem de maiores efetivações. Por mais que existe uma questão de laudo clínico, e que esse se configura no contexto educativo como norteador de ações pedagógicas e, fora da escola, como participante de decisões judiciais, o próprio contexto das avaliações pedagógicas se configuram como responsáveis por abrir lacunas na efetivação de direitos e de uma educação que seja menos excludente (Barros e Dainez, 2023). Nessa linha de argumentação, Silva et al. (2024) pontuam que diversos estudos têm reafirmado o direito à educação e às condições de permanência escolar. No entanto, como se pensar na efetividade das garantias legais, se a educação inclusiva não se figura, de fato, como realidade palpável? Ou seja, a participação de pessoas com deficiência, autistas ou com altas habilidades ainda representa um campo de disputa e conquista. Por um lado, há dispositivos que vislumbram a garantia da participação em todas as práticas sociais; por outro, persistem desigualdades que comprometem a equidade nas escolas.

A problemática apresentada clareia o objetivo deste artigo, que se volta ao exame do conceito de acessibilidade sob a ótica da teoria histórico-cultural e dos estudos críticos do autismo. Como argumenta Pereira (2022), as concepções de educação e os saberes docentes voltados a esse público têm sido historicamente marcados por uma perspectiva clínico-pedagógica, frequentemente centrada no corpo biológico e nos déficits individuais. Essa visão reducionista afeta o trabalho educativo ao restringir o desenvolvimento do aluno a parâmetros medicalizantes, desconsiderando as dimensões sociais, culturais e históricas da aprendizagem. Diante do exposto, a teoria histórico-cultural se faz essencial como fonte de explicações acerca do desenvolvimento humano que transcende o corpo biológico.

Apesar dos avanços normativos e conceituais, ainda persistem lacunas na produção científica sobre o tema - sobretudo no que se refere a abordagens amplas de acessibilidade que articulem dimensões pedagógicas, institucionais e políticas a partir de perspectivas críticas. O que os estudos têm ressaltado, é que o debate acerca da acessibilidade educacional ainda além de ser recente, muitas das vezes são dispersos e, quiça, limitado, o que mostra a necessidade de revisões que sistematizam o campo e ampliem a reflexão científica na temática apresentada (Oliveira; Lopes, 2018).

Outro ponto a ser destacado, diz respeito a relevância desta pesquisa; no plano social, ela contribui para responder às demandas de professoras e professores da Educação Básica que frequentemente enfrentam carência de referenciais teóricos e metodológicos para sustentar práticas de inclusão, escolarização e acessibilidade de alunos autistas na escola (Novaes; Freitas, 2020; Pereira, 2022). A mobilização que sustenta este artigo emerge da interseção de duas matrizes teóricas: a teoria histórico-cultural de Vigotski (2021), notadamente em seus estudos sobre a defectologia (ciência que investiga o desenvolvimento de pessoas com deficiência), e os Estudos Críticos do Autismo (Critical Autism Studies (CAS)). A combinação desses referenciais permite compreender o desenvolvimento humano como processo social e culturalmente mediado, no qual a acessibilidade deve ser concebida para além dos parâmetros normativos, englobando práticas de mediação que valorizem a singularidade (Pereira, 2022) do funcionamento autista como expressão legítima da diversidade humana.

Dessa forma, o estudo propõe, por meio de uma revisão narrativa de literatura de trabalhos no escopo da temática aqui discutida, nos últimos cinco anos, examinar o conceito de acessibilidade na educação básica, especialmente no contexto da inclusão de alunos autistas. Para isso, adota como referencial a teoria histórico-cultural de Vigotski (2021) e os estudos

críticos do autismo, buscando compreender como esse conceito tem sido construído em produções científicas recentes.

REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO

A teoria histórico-cultural é basilar para a compreensão do desenvolvimento humano como processo social, histórico e culturalmente mediado. Vigotski (2021, 2000) defende que o desenvolvimento é afetado pelas condições sociais nas quais ocorre. Esse processo (no qual ocorrem as relações sociais) é mediado semioticamente por meio de instrumentos culturais que participam da constituição das funções psíquicas superiores (Pereira, 2022). No contexto educativo, tais instrumentos são constituídos pelas tarefas realizadas no processo de aprendizagem dos alunos, mas também são concebidos na intencionalidade da atividade de ensino (das propostas do professor) (Novaes; Freitas, 2022).

Importa destacar que em seus estudos sobre defectologia, Vigotski (2021) argumenta que a deficiência em si não determina o desenvolvimento, porque o social, o histórico e o cultural são fatores decisivos. Esta perspectiva desloca o foco do déficit individual para a necessidade de transformação do meio, posicionando a acessibilidade como princípio ético e político que reorganiza ambientes e relações de ensino. Isso porque, aquilo que é complexo ao desenvolvimento, como as próprias dificuldades no desenvolvimento, não impossibilitam a desenvolvimento psíquico superior. No entanto, como Vigotski (1997) argumenta, é primordial que existam caminhos outros, atividades outras, ou seja, vias alternativas, que deem condições da pessoa participar nas práticas sociais presentes na vida humana. Em outras palavras, a tarefa do educador

consiste em vincular a pedagogia da infância defectiva (pedagogia de surdos, cegos, oligofrênicos etc.) com os princípios e métodos gerais da educação social; encontrar um sistema tal que permita unir, organicamente, a pedagogia especial com a pedagogia da infância normal. Aguarda-nos um grande trabalho criativo para reestruturar nossa escola com base em novos princípios. Devemos esboçar as linhas básicas ou, mais exatamente, os pontos de partida desse trabalho. Em que pese todos os seus méritos, nossa escola especial se destaca pela falha fundamental de encerrar o educando — a criança cega, surda-muda ou retardada mental - no estreito círculo da coletividade escolar, criando um mundinho isolado e fechado em que tudo é centrado na insuficiência física, acomodado e adaptado ao defeito da criança, sem introduzi-la na vida autêntica (Vigotski, 2021, p. 28).

Uma das tarefas primordiais dos estudos defectológicos de cunho vigotskiano é superar a concepção farmacológica. Na pedagogia, essa concepção pode, do ponto de vista clínica prejudicar “a nutrição normal da criança, pois é mau médico aquele que, ao prescrever um medicamento ao paciente, esquece-se de que o doente também deve se alimentar normalmente e de que não se pode viver somente de medicamento” (Vigotski, 2021, p. 32-33). O que está sendo defendido, com a afirmação, não é uma pedagogia da cura! Pois “o importante não é que o cego veja as letras, mas que saiba ler” (Vigotski, 2021, p. 33), à sua maneira, em sua singularidade (Pereira, 2022).

Ao encontro do exposto, os Estudos Críticos sobre o Autismo (Kapp, 2020) podem ser compreendidos como um campo teórico em expansão que problematiza as formas tradicionais de compreender o autismo, especialmente aquelas baseadas em perspectivas biomédicas e deficitárias. Conforme discutem Woods et al. (2018), os Critical Autism Studies (CAS) surgem da articulação entre os Estudos da Deficiência e o ativismo autista, propondo uma revisão profunda das concepções que historicamente excluíram as pessoas autistas da produção de conhecimento sobre si mesmas.

A gênese desse movimento remonta às contribuições de autores e ativistas como Jim Sinclair, cujo discurso de 1993, posteriormente republicado em 2012, questionou a visão patologizante que reduz o autismo a um transtorno. A partir de então, pesquisadores-autistas como Larry Arnold, Damian Milton e Steve Graby passaram a defender que o autismo precisa ser compreendido, assim como anuncia a teoria histórico-cultural, enquanto desenvolvimento sócio-histórico-cultural (biopsicossocial) e não como uma anomalia a ser corrigida. Essa inflexão epistemológica possibilita compreender o autismo como fenômeno sociocultural e relacional, deslocando o foco da deficiência para os contextos que produzem desigualdade e exclusão (Davidson; Orsini, 2013).

Na perspectiva dos estudos críticos, o termo “crítico” refere-se à capacidade de analisar e questionar as relações de poder que sustentam os discursos sobre o autismo. Woods et al. (2018) argumentam que ser crítico implica desestabilizar as fronteiras entre quem fala e quem é falado, valorizando a autoria e o protagonismo das pessoas autistas. A ausência dessas vozes nas pesquisas, segundo Milton (2014a), compromete a legitimidade epistemológica do campo, pois mantém a hegemonia de interpretações externas e não vividas.

Entre as contribuições teóricas mais relevantes, destaca-se a definição proposta por Waltz (2014), retomada por Woods et al. (2018), segundo a qual o caráter crítico dos CAS reside

na disposição de investigar como os discursos sobre o autismo operam, questionando interpretações baseadas no déficit e reconhecendo a interação entre fatores biológicos e culturais. Essa concepção amplia o entendimento do autismo, permitindo visões mais complexas e plurais. Isso implica recusar: 1) o modelo biomédico que reduz o autismo a um conjunto de sintomas e, ao mesmo tempo, resistir ao paradigma comportamental que busca normalizar e controlar corpos e mentes; 2) defender o direito à voz autista como centro do processo educativo e como critério legítimo de avaliação do desenvolvimento; 3) compreender que o desafio da escola não está no “ajuste” do estudante, mas na acessibilidade das mediações pedagógicas, das relações de ensino e estratégias.

A convergência entre a teoria histórico-cultural e os estudos críticos do autismo reside na compreensão de que o desenvolvimento humano é indissociável das condições sociais de vida. Ambas as perspectivas refutam explicações centradas no déficit e reivindicam a historicidade das diferenças humanas. Em Vigotski (2021), a deficiência é concebida como ponto de partida para novas vias de desenvolvimento. Nos CAS, o autismo é entendido como forma legítima de existência, e não como falha a ser corrigida.

Essa aproximação epistemológica reforça a ideia de acessibilidade como mediação social e cultural. Enquanto Vigotski (2021) propõe a reorganização do meio como condição para o desenvolvimento, os CAS exigem a reorganização das práticas discursivas e institucionais que sustentam o capacitismo. Em ambos os casos, a transformação das condições objetivas e simbólicas no contexto socio-histórico-cultural é o que possibilita o desenvolvimento das funções psíquicas superiores como potência de desenvolvimento humano (Novaes; Freitas, 2020).

Ademais, entende-se que a articulação entre o referencial vigotskiano e os Estudos Críticos do Autismo fundamenta a concepção de acessibilidade adotada neste artigo: um conceito ético, político e dramático, que implica na transformação e nas condições de acesso e permanência ao espaço escolar.

METODOLOGIA

Este artigo tem como objetivo examinar o conceito de acessibilidade na educação básica, especialmente no contexto da inclusão de alunos autistas, utilizando como referenciais teóricos a teoria histórico-cultural de Vigotski (2021) e os estudos críticos do autismo. Especificamente, busca-se compreender como o conceito de acessibilidade na educação tem sido construído

recentemente em artigos publicados por revistas vinculadas a programas de pós-graduação em Educação, sobretudo no que se refere à educação básica. Para tanto, foi desenvolvida uma revisão narrativa de literatura.

A investigação seguiu os princípios metodológicos da revisão narrativa de literatura. Esse tipo de revisão abarca o levantamento das fontes (dados) à construção da estrutura do artigo, pois o texto da “Revisão Narrativa é constituído de: Introdução, Desenvolvimento (texto dividido em seções definidas pelo autor com títulos e subtítulos de acordo com as abordagens do assunto), Comentários e Referências”, tal como delineado neste texto (Rother, 2007, p. 1). Além disso, a proposta metodológica foi desenhada para identificar e analisar o estado da arte sobre acessibilidade na educação, organizando um percurso estruturado para a busca, seleção e análise das produções acadêmicas. Mas para que ocorra essa busca, é primordial que os autores, com o levantamento das bibliografias, busquem responder uma pergunta de pesquisa, que neste texto é: como ocorre a acessibilidade de crianças autistas na educação básica?

A Revisão Narrativa foi realizada nos meses de abril e maio de 2025, no Portal de Periódicos da Coordenação de Pessoal de Nível Superior (CAPES), uma das principais bases de dados científicas no Brasil, amplamente utilizada por pesquisadores da área da educação. A busca foi conduzida a partir dos descritores [acessibilidade na educação] e [educação básica], definidos com base na coerência temática da pesquisa, assegurando que os textos encontrados estivessem alinhados com o objetivo do estudo.

Importa frisar: para garantir a atualidade e relevância da produção científica selecionada, estabeleceu-se um recorte temporal de cinco anos (2020 a 2025), período marcado por importantes transformações nas políticas públicas e nas práticas pedagógicas voltadas à inclusão, alavancadas pelos efeitos da pandemia de COVID-19.

A busca por tais descritores e a delimitação temporal resultaram inicialmente em 407 publicações. O alto índice de artigos resultou na necessidade de criação de critérios de inclusão. Foram incluídos os trabalhos que: (1) abordassem diretamente o conceito de acessibilidade na educação; (2) apresentassem discussões teóricas ou empíricas relevantes para o campo; e (3) estivessem publicados em periódicos científicos avaliados da área da educação. Foram excluídos os artigos que apenas tangenciam o tema, que se repetiam, ou que estavam inseridos em áreas distintas da educação.

Após a triagem por título, resumo e, posteriormente, pela leitura integral dos textos, selecionou-se seis (6) artigos para compor o texto na qualidade de dado, oriundos da revisão. Em seguida, realizou-se a leitura desses textos com foco na identificação das contribuições teóricas, metodológicas e políticas, a fim de construir uma síntese crítica sobre a produção acadêmica recente. Esta etapa resultou na sistematização das principais abordagens e na identificação de eixos temáticos recorrentes no debate sobre acessibilidade educacional. Importa destacar que foi selecionado o artigo com maior recorrência de citações pelos trabalhos selecionados, resultando também na seleção do artigo de Guerreiro (2012).

Quadro 1 – Artigos Selecionados

Ano	Autoria	Tipo de trabalho	Objetivo	Região dos autores
2012	Guerreiro	artigo	“Identificar essa interface e trazer reflexões para a efetivação da inclusão escolar”	Amazonas
2016	Felicio, Fantacini e Torezan	artigo	“Realizar um levantamento dos trabalhos apresentados no Congresso Brasileiro de Educação Especial (CBEE) nos anos de 2012 e 2014 que envolvessem as temáticas sobre Formação de Professores e Políticas Educacionais vinculadas ao Atendimento Educacional Especializado”.	São Carlos
2021	Silva et al.	artigo	“Apresentar como o grupo de pesquisa interdisciplinar em tecnologia assistiva e inclusão contribuiu com a produção de conhecimento relacionado ao uso de recursos tecnológicos, a partir do oferecimento de oficinas sobre estratégias e recursos de acessibilidade educacional, no contexto das atividades pedagógicas não presenciais”	Santa Catarina
2023	Lavarda e Bridi	artigo	“Mapear e analisar as produções científicas produzidas em âmbito nacional no que se refere às práticas pedagógicas construídas na educação básica em relação ao acesso ao currículo pelos estudantes público-alvo da educação especial em situação de inclusão escolar”	Rio Grande do Sul
2023	Santos e Melo	artigo	“Discutir criticamente acessibilidade em duas instituições federais de ensino: uma de nível superior e outra de nível básico”.	Rio de Janeiro
2024	Silva Filho e Heredero	artigo	“Identificar como o princípio da acessibilidade na educação básica vem sendo problematizado nas pesquisas científicas realizadas na região Centro-Oeste”.	Mato Grosso do Sul

Fonte: LIMA et al., 2026.

Por fim, foi realizada uma análise de recorrência das referências bibliográficas presentes nos artigos selecionados. A partir dessa análise, identificou-se a obra de Elaine Maria Bessa Rebello Guerreiro (2012) como uma das mais citadas, o que motivou sua leitura e a incorporação crítica de suas contribuições à discussão deste trabalho.

RESULTADOS

Os trabalhos selecionados para compor esta Revisão Narrativa contemplaram diferentes dimensões da acessibilidade educacional, da formação docente e das práticas pedagógicas inclusivas no contexto da Educação Básica e do Ensino Superior. Felicio, Fantacini e Torezan (2016) discutiram o Atendimento Educacional Especializado (AEE), com foco nas políticas públicas e na formação de profissionais, enquanto Santos e Melo (2023) propuseram uma análise omnilética sobre a gestão da acessibilidade, articulando os desafios entre os níveis básico e superior de ensino.

Silva Filho e Heredero (2024) realizaram um estudo sobre acessibilidade na Educação Básica na região Centro-Oeste, entre os anos de 2015 a 2023. Já Silva et al. (2021) abordaram os desafios enfrentados por professores na utilização de estratégias e recursos de acessibilidade durante atividades pedagógicas não presenciais, com ênfase na formação para práticas inclusivas. Lavarda e Bridi (2023) realizaram uma revisão integrativa sobre práticas pedagógicas voltadas à acessibilidade curricular, destacando caminhos para sua efetivação nas salas de aula.

Por fim, Guerreiro (2012) contribui com uma perspectiva jurídico-política ao tratar a acessibilidade como um direito constitucional e social, ressaltando a importância da superação das barreiras físicas, comunicacionais e pedagógicas para a inclusão plena dos alunos com deficiência. Juntos, esses seis trabalhos oferecem uma base sólida para a análise crítica das políticas, práticas e concepções que atravessam o campo da acessibilidade na educação.

10

A análise dos artigos permitiu identificar quatro eixos temáticos principais que estruturam o debate contemporâneo sobre acessibilidade na educação:

1) Acessibilidade como direito e princípio político-pedagógico: Autores como Felicio et al. (2016) e o Brasil (2008) posicionam a acessibilidade como um princípio fundamental para o trabalho do Atendimento Educacional Especializado (AEE), salientando que a barreira não está no estudante, mas no meio em que está inserido. Nessa perspectiva, a acessibilidade impacta diretamente as relações de ensino, os recursos mediadores e a constituição do meio educacional. De forma complementar, Santos e Melo (2019) enfatizam a acessibilidade como direito, que deve ser viabilizado e gerenciado pela gestão escolar, priorizando o acesso coletivo ao currículo de forma inclusiva e colaborativa.

2) Dimensões ampliadas da acessibilidade: Silva Filho e Heredero (2024), fundamentados na teoria histórico-cultural, ampliam a concepção de acessibilidade para além dos aspectos físicos, enfatizando sua produção histórica e social. Segundo os autores, a

acessibilidade envolve condições materiais, sociais e comunicacionais para garantir o pleno acesso ao currículo, à participação social e à cidadania. Sassaki (2023) reforça que acessibilidade transcende barreiras arquitetônicas, sendo também comunicacional, programática e atitudinal, o que exige uma compreensão mais complexa e multifacetada.

3) Formação docente e prática pedagógica como elementos de acessibilidade: para Da Silva et al. (2021), a acessibilidade se expande por meio da formação continuada dos professores, focando no domínio de recursos pedagógicos, tecnologias assistivas e estratégias que favoreçam vias alternativas de desenvolvimento, alinhadas à rotina da sala de aula. Complementando essa perspectiva, Lavarda e Bridi (2023) discutem a acessibilidade curricular como um processo dialético que envolve professor, estudante, estratégias e concepções pedagógicas para eliminar barreiras e garantir acesso, permanência e desenvolvimento qualitativo no percurso escolar.

4) Acessibilidade como experiência social e interseccionalidade: Guerreiro (2012) traz uma análise histórica e sociopolítica da acessibilidade, ampliando seu conceito para além da deficiência, abordando marcadores sociais como classe e reconhecendo a acessibilidade como uma experiência coletiva complexa. A autora destaca que a inclusão efetiva depende da articulação entre condições físicas, pedagógicas e de gestão.

DISCUSSÃO

11

A análise dos eixos temáticos, à luz do referencial histórico-cultural e dos estudos críticos sobre o autismo, evidencia convergências teóricas que permitem ressignificar o conceito de acessibilidade na educação de alunos autistas. Tal processo implica compreender a acessibilidade não apenas como condição física ou normativa, mas como princípio político-pedagógico que estrutura as práticas de ensino, a organização curricular e as formas de participação escolar.

A concepção de acessibilidade enquanto princípio político-pedagógico dialoga com a teoria histórico-cultural de Vigotski (2000), segundo a qual o desenvolvimento humano é um processo socialmente mediado. Quando Felicio et al. (2016) afirmam que a barreira se localiza no meio e não no estudante, há um eco imediato da concepção vigotskiana de que as funções psíquicas superiores emergem na negociação de significados nas relações sociais, e não como atributos isolados do sujeito. Essa leitura desloca o foco do déficit individual para as condições objetivas e simbólicas que estruturam o ambiente educativo. O desenvolvimento é um processo

intencional e relacional, que se realiza na medida em que as mediações sociais são organizadas para promover experiências de aprendizagem significativas e emancipatórias.

A aproximação entre os resultados e os estudos críticos do autismo revela um movimento teórico importante de superação do modelo médico-hegemônico, que tradicionalmente patologizou as características autísticas. Inspirados por autores como Jim Sinclair (1993) e Kapp (2020), esses estudos sustentam que o autismo não constitui uma doença, mas uma forma singular de existência e de interação com o mundo. Essa concepção converge com o princípio histórico-cultural de que as diferenças humanas são produtos das condições sociais e das possibilidades de mediação simbólica, e não limitações intrínsecas ao sujeito. Assim, o deslocamento do olhar clínico para o social redefine o papel da escola, que deixa de ser espaço de normalização e passa a configurar-se como campo de produção de novas possibilidades de participação.

As dimensões ampliadas da acessibilidade, destacadas por Silva Filho e Heredero (2024) e por Sassaki (2023), fortalecem essa perspectiva ao enfatizar que o acesso ao conhecimento requer a superação não apenas de barreiras arquitetônicas, mas também comunicacionais, programáticas e atitudinais. Nessa direção, compreende-se que as práticas educativas devem ser pensadas como propiciadoras de transformação do meio e não apenas como transmissoras de conteúdos. Essa compreensão articula-se ao conceito de mediação em Vigotski (1997), segundo o qual o desenvolvimento ocorre por meio da reorganização das relações sociais e culturais. A mediação pedagógica, nesse sentido, assume função central na criação de condições sociais que potencializam o desenvolvimento de alunos autistas, possibilitando a emergência de novas formas de significação e interação no espaço escolar.

Silva et al. (2021) e Lavarda e Bridi (2023) acrescentam que a formação docente constitui dimensão fundamental da acessibilidade, pois é pela formação continuada que se consolidam práticas pedagógicas capazes de articular recursos tecnológicos, assistivos e simbólicos de modo coerente com a diversidade de modos de aprender. Essa perspectiva desloca a acessibilidade do campo meramente técnico e instrumental para o plano ético-político, em que o compromisso com a diversidade e a equidade constitui condição para a realização do princípio de mediação.

A análise articulada entre a teoria histórico-cultural e os estudos críticos do autismo evidencia que a inclusão escolar é um processo criativo e (trans)formador, que ultrapassa a lógica da adaptação. Conforme argumenta Novaes e Freitas (2022), as práticas pedagógicas fundamentadas na tradição histórico-cultural não se limitam à inserção do sujeito em um

espaço preexistente; ao contrário, implicam a criação de novas condições para o desenvolvimento, mediante a transformação das práticas e das relações. Assim, a inclusão de alunos autistas no contexto educativo precisa ser compreendida como processo de construção coletiva de acessibilidade às experiências culturais, e não como conjunto de medidas compensatórias.

Nesse horizonte, Novaes e Freitas (2020) enfatiza que as barreiras, sejam arquitetônicas, comunicacionais ou atitudinais, não constituem obstáculos fixos, mas oportunidades de criação e reconstrução de práticas pedagógicas. Essa leitura aproxima-se dos estudos defectológicos de Vigotski (1997), ao reconhecer que as deficiências ou diferenças funcionais não definem o sujeito, mas podem constituir vias originais de desenvolvimento quando inseridas em contextos sociais ricos em mediação. O diálogo entre essa tradição teórica e os estudos críticos do autismo, portanto, reposiciona o conceito de acessibilidade como categoria relacional e processual, vinculada à produção social das condições de aprendizagem.

Ao conceber o autismo como expressão legítima da diversidade humana, conforme defendem Kapp (2020) e Silberman (2015), o foco da acessibilidade desloca-se do indivíduo para o ambiente. A inclusão passa a ser entendida não como adequação do aluno ao sistema escolar, mas como reorganização das práticas e dos espaços escolares para acolher múltiplas formas de presença, de linguagem e de aprendizagem. Essa concepção é coerente com o princípio vigotskiano de que o desenvolvimento humano se dá pela internalização de práticas sociais historicamente construídas - internalização que, no caso da inclusão, requer intencionalidade pedagógica e abertura institucional para o novo.

A incorporação da perspectiva interseccional proposta por Guerreiro (2012) amplia ainda mais esse debate, ao demonstrar que a acessibilidade não pode ser pensada de modo isolado das dimensões de classe, raça e gênero. Tal compreensão insere a discussão sobre acessibilidade na agenda da justiça social e dos direitos humanos, ao reconhecer que a exclusão educacional é produzida por múltiplas formas de opressão. Assim, a luta pela acessibilidade na educação de alunos autistas articula-se às disputas políticas mais amplas pelo direito à diferença e pela democratização efetiva dos espaços escolares.

Longe de se restringir à eliminação de barreiras físicas, a acessibilidade emerge como princípio de transformação pedagógica e ética, orientado pela criação de condições sociais que tornem possível o desenvolvimento humano em sua pluralidade. Essa perspectiva afirma que a inclusão não é um ponto de chegada, mas um processo contínuo de criação cultural, política

e pedagógica: um movimento de reinvenção permanente do próprio sentido de educar. Em síntese, o diálogo entre a teoria histórico-cultural e os estudos críticos do autismo permite compreender a acessibilidade como categoria dinâmica, constituída historicamente e mediada pelas relações sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo buscou examinar o conceito de acessibilidade na educação básica, especialmente no contexto da inclusão de alunos autistas, tomando como referenciais teóricos a teoria histórico-cultural e os Estudos Críticos do Autismo. Especificamente, procurou-se compreender como esse conceito tem sido construído na produção científica recente sobre educação inclusiva. As análises evidenciaram que a acessibilidade deve ser concebida como princípio ético, político e pedagógico, que ultrapassa as dimensões técnicas e normativas. Fundamentada na articulação entre a teoria histórico-cultural, particularmente nos estudos defectológicos e os CAS, a pesquisa aponta que o desenvolvimento dos alunos autistas está imerso em contextos sociais e culturais que moldam as possibilidades de aprendizagem.

A acessibilidade, sob essa ótica, configura-se como conceito que congrega práticas educativas inclusivas e orienta a superação de barreiras à participação e ao percurso curricular pleno. A prática pedagógica inclusiva deve envolver a criação de situações de aprendizagem que promovam a atividade criadora e o uso de múltiplas linguagens como recursos mediadores. Nesse sentido, a inclusão é reafirmada como princípio ético-político que valoriza a pluralidade das existências humanas. Cada barreira superada representa um avanço na construção de pontes para a autonomia e a participação social, consolidando o compromisso da educação com a equidade. O processo inclusivo não busca ajustar o indivíduo ao sistema, mas transformar o ambiente escolar para que ele acolha e valorize a diversidade humana. Assim, a educação cumpre sua função de força emancipadora e promotora de desenvolvimento.

Ao contemplar as singularidades dos alunos autistas, as práticas educativas alinhadas aos princípios histórico-culturais e aos CAS reconhecem o protagonismo do sujeito como resultado do processo educativo, e não como condição prévia. As pesquisas apontam, portanto, a necessidade de consolidar um compromisso ético-político com a educação inclusiva, para que esta não seja mera formalidade legal, mas prática social comprometida com o ser humano. Ademais, o estudo propõe que psicologia e educação, quando orientadas por uma escuta ética e

dialógica, podem abrir caminhos para vias alternativas de desenvolvimento, reconhecendo o autismo não pelo que falta, mas pelo que produz: significados, sentidos e cultura.

REFERÊNCIAS

- 1) BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducspecial.pdf>. Acesso em: 4 mai. 2025.
- 2) BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2015.
- 3) BARROS, Sheila Lopes de; DAINEZ, Débora. Tendências da judicialização na educação da pessoa com deficiência. *Revista Diálogos e Perspectivas em Educação Especial*, Marília, SP, v. 10, n. 2, p. 93-106, 2023. DOI: 10.36311/2358-8845.2023.v10n2.p93-106.
- 4) DAVIDSON, Joyce; ORSINI, Michael (org.). *Worlds of autism: across the spectrum of neurological difference*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2013.
- 5) FELICIO, N. C. de; FANTACINI, R. A. F.; TOREZAN, K. R. Atendimento Educacional Especializado: reflexões acerca da formação de professores e das políticas nacionais. *Revista Eletrônica de Educação*, São Carlos, v. 10, n. 3, p. 139-154, nov. 2016. DOI: <https://doi.org/10.14244/198271991508>
- 6) GUERREIRO, E. M. B. R. A acessibilidade e a educação: um direito constitucional como base para um direito social da pessoa com deficiência. *Revista Educação Especial*, v. 25, n. 43, p. 217-232, maio/ago. 2012. DOI: <https://doi.org/10.5902/1984686X4415>
- 7) KAPP, S. K. *Autistic Community and the Neurodiversity Movement: Stories from the Frontline*. Palgrave Macmillan, 2020.
- 8) LAVARDA, E. S.; BRIDI, F. R. de S. Práticas pedagógicas e acessibilidade curricular: uma revisão integrativa de literatura. *Contribuciones a las Ciencias Sociales*, São José dos Pinhais, v. 16, n. 10, p. 21513-21531, out. 2023. DOI: <https://doi.org/10.55905/revconv.16n.10-168>
- 9) MILTON, Damian. Autistic expertise: a critical reflection on the production of knowledge in autism studies. *Autism*, v. 18, n. 7, p. 794-802, 2014a. DOI: 10.1177/1362361314525281.

- 10) NOVAES, Daniel; DE FREITAS, Ana Paula. Objetivos educacionais para alunos com transtorno do espectro autista: a atividade de ensino em Vasily Vasilovich Davidov. *Sensos-e*, v. 7, n. 2, p. 116-126, 2020.
- 11) OLIVEIRA, C. R.; LOPES, J. A. Acessibilidade na educação: desafios e possibilidades para uma escola inclusiva. *Revista Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 43, n. 4, e84740, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/2175-623684740>
- 12) PEREIRA, Daniel Novaes Gomes. Por entre olhares, o humano: processos de constituição de uma criança (com autismo) no segundo ano do ensino fundamental. Itatiba: Universidade São Francisco, 2022.
- 13) ROTHER, Edna Trezinha. Revisão sistemática X revisão narrativa. *Acta paul enferm*, v. 20, p. 2, 2007.
- 14) SANTOS, M. P. dos; MELO, S. C. de. Interseções na gestão da acessibilidade na educação básica e no ensino superior: um ensaio omnilético. *Revista on-line de Política e Gestão Educacional*, Araraquara, v. 23, n. esp.1, p. 818-835, out. 2019. DOI: <https://doi.org/10.22633/rpge.v23iesp.1.13008>
- 15) SASSAKI, R. K. As sete dimensões da acessibilidade. 1. ed. São Paulo: Larvatus Prodeo, 2023.
- 16) SILBERMAN, S. *NeuroTribes: The Legacy of Autism and How to Think Smarter About People Who Think Differently*. Allen & Unwin, 2015.
- 17) SILVA, C. E.; NOVAES, D. ALVES, A. de F; VASCONCELLOS, T. S. P.; ANA, R. S. de St; SILVA, F. C. da; ALMEIDA, T. C. de. Educação especial na perspectiva inclusiva: uma realidade? *Revista Políticas Públicas & Cidades*, [S. l.], v. 13, n. 2, p. e1371, 2024. DOI: 10.23900/2359-1552v13n2-342-2024. Disponível em: <https://journalppc.com/RPPC/article/view/1371>. Acesso em: 27 ago. 2025.
- 18) SINCLAIR, J. Don't mourn for us. Publicado originalmente na conferência internacional sobre autismo, Toronto, 1993. Disponível em: http://www.autreat.com/dont_mourn.html. Acesso em: 16 ago. 2025.
- 19) SILVA, C. J. C.; PAIXÃO, K. M. G.; EUGÊNIO, J.; GOMES, J. E.; SARZI, L. Z.; CAMARGO, R. G. Os desafios das atividades pedagógicas não presenciais: formação para o uso de estratégias e recursos de acessibilidade educacional. *Cadernos do Aplicação*, v. 34, n. 2, 2021. <https://doi.org/10.22456/2595-4377.114027>

- 20) SILVA FILHO, D. M. da; HEREDERO, E. S. O discurso sobre a acessibilidade na educação básica: produção científica da região Centro-Oeste (2015–2023). *Revista Brasileira de Educação Especial*, Marília, v. 31, p. 1–16, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1590/1980-54702025v31e20230003>
- 21) VIGOTSKI, Lev Semenovitch. *Obras escogidas: fundamentos de defectologia*, v. 5. Madrid: Visor, 1997.
- 22) VIGOTSKI, Lev Semionovich. Manuscrito de 1929. *Educação & Sociedade*, v. 21, p. 21–44, 2000.
- 23) VIGOTSKI, Lev Semionovich. *Problemas de defectologia*. Zoia Prestes e Elisabeth Tunes. (orgs. Edic. Tradu. Rev. Téc.). Expressão popular. 239 p. 2021.
- 24) WALTZ, Mitzi. Worlds of autism: across the spectrum of neurological difference. *Disability & Society*, v. 29, n. 8, p. 1337–1338, 2014. DOI:10.1080/09687599.2014.934064.
- 25) WOODS, Richard; MILTON, Damian; ARNOLD, Larry; GRABY, Steve. *Redefining critical autism studies: a more inclusive interpretation*. Sheffield: The Autism Centre, Sheffield Hallam University, 2018.